

Peru: cultivo de coca, cocaína e combate ao narcotráfico

Peru: cultivation of coca, cocaine and fighting drug trafficking

MARCELO SANTOS*

Meridiano 47 vol. 11, n. 119, jun. 2010 [p. 14 a 20]

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas (2010), publicado pela Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), referente ao ano de 2009, a área de cultivo de coca continuou crescendo no Peru, atingindo 59.900 hectares, o que representa uma expansão de 6,8% em relação aos 56.100 hectares registrados em 2008. Com essa marca, o país se aproximou ainda mais da Colômbia, que tem a maior área de cultivo, sendo responsável por 68.000 hectares, mas que, de acordo com o mesmo relatório, manteve a tendência de queda, registrando um decréscimo de 16% em relação aos 81.000 hectares de 2008.

Caso se mantenham as tendências dos últimos três anos, o Peru retornará ao posto de maior área de cultivo de coca no mundo. No ranking dos países com maior oferta potencial de cloridrato de cocaína, o Peru também apresentou crescimento. No Relatório Mundial sobre Drogas (2009), referente ao ano de 2008, a UNODC relatou uma produção de 302 toneladas, sendo 4,1% maior que o número registrado em 2007, representando 36% da oferta mundial da droga. Novamente o país ficou atrás da Colômbia, que atingiu a marca de 430 toneladas, equivalente a 51% do montante total.¹ Em recente trabalho denominado de "*Estudio comparativo de la evolución de la coca y la cocaína en Perú y Colombia*", os pesquisadores Jaime Antezana Rivera e Jaime García Díaz constataram que, no ano de 2008, o Peru assumiu o posto de principal exportador de cocaína no mundo. Enquanto o narcotráfico na Colômbia conseguiu exportar 232 toneladas, os narcotraficantes

peruanos foram capazes de mandar ao exterior a quantia de 282 toneladas. Isso porque, embora a Colômbia tenha produzido 430 toneladas enquanto o Peru produziu 302 toneladas, o governo colombiano apreendeu 198 toneladas e o governo peruano reteve apenas 20 toneladas (RIVERA y DIAZ apud YOVERA, 2009). A oferta de folha seca de coca é outro item que apresenta crescimento no país. De acordo com a UNODC, no Relatório Mundial sobre Drogas (2010), o país atingiu 119.000 toneladas em 2009, o que significa um aumento de 4,7 em relação ao ano de 2008. Nesse quesito, o país já ultrapassou a Colômbia, que registrou 103.000 toneladas em 2009. Embora, no caso colombiano, tenha que se contabilizar a oferta de folha fresca de coca, que atingiu 343.600 toneladas em 2009.

Em conjunto, o recrudescimento dos cultivos ilícitos de coca no país pode ser atribuído a uma série de fatores, tais como: as debilidades econômicas e institucionais do Estado peruano para combater o narcotráfico; o crescente consumo de droga na América do Sul; o "efeito balão", decorrente do combate às drogas na Colômbia; e a presença de remanescentes do *Sendero Luminoso* nas atividades do narcotráfico. Pode-se dizer que, no Peru, a segurança nacional, o estado de direito, a democracia e o próprio desenvolvimento do país têm sido duramente ameaçados pelas atividades do narcotráfico. Com um breve olhar sobre o país, não é difícil constatar os impactos deletérios dessa economia ilícita, como os prejuízos para a saúde pública, a destruição do meio ambiente, a distorção de valores

* Professor de Ciência Política da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Araraquara) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos – INEU (marsant28@yahoo.com.br).

1 Note-se que a UNODC não informou a produção potencial de cocaína do Peru no ano de 2009, pois, segundo o relatório, a entidade está revendo os fatores de conversão da folha de coca em cocaína no país.

éticos e morais, o crescimento da insegurança e da violência e a grande capacidade de corromper as instituições políticas. Assim, nos limites desse artigo, cabe uma reflexão sobre a atual situação peruana no que se refere aos cultivos de coca, à produção de cocaína e ao combate ao narcotráfico.

Ao contrário da Colômbia, e assim como na Bolívia, no Peru o cultivo e o consumo de coca têm raízes milenares, compondo a cultura de uma parte desses povos andinos. Há cerca de 5.000 anos, as folhas de coca são utilizadas para consumo, remédios, rituais e cerimônias religiosas. Dessa forma, com o respaldo da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas – que autoriza o cultivo de até 9.000 toneladas em áreas onde existam evidências de usos lícitos tradicionais – Bolívia e Peru possuem leis nacionais que regularizam os cultivos tradicionais. No caso peruano, o Estado permite o cultivo de 11.500 hectares de folhas de coca. A *Empresa Nacional de la Coca (ENACO)*, controlada pelo Estado, detém o monopólio de compra das folhas de coca produzidas pelos camponeses, e também é a única responsável pela transformação das folhas em produtos industriais lícitos. Note-se que é muito tênue a linha que separa o cultivo legal e o ilegal. Segundo estimativas da Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC), publicadas em julho de 2009, no relatório “*Monitoreo de Cultivos de Coca en el Perú 2008*”, menos de 8% da folha de coca é utilizada com fins lícitos.

Para reduzir as áreas cocaleiras consideradas ilegais, o governo peruano vem praticando dois tipos de erradicação manual: a voluntária e a forçada. A erradicação voluntária é coordenada pela *Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas (DEVIDA)*. E a erradicação forçada é realizada pela *Unidad de Control y Reducción de la Hoja de Coca en el Alto Huallaga (CORAH)*. Importa destacar que a política de erradicação forçada, de inspiração norte-americana,

tem sido duramente rechaçada pelos camponeses e os sindicatos cocaleiros. O movimento cocaleiro peruano – que, debilitado e dividido, não tem a mesma capacidade de combate e de organização dos bolivianos – tem promovido violentos protestos contras às forças do Estado e eleito representantes para o parlamento peruano no sentido de barrar a estratégia repressiva de combate à oferta através da erradicação forçada. O crescimento da erradicação forçada nos governos de Toledo e de García ocorreu nos momentos de negociações comerciais com os EUA. No caso do governo Toledo, a administração George W. Bush, em 2002, condicionou a renovação da Lei de Promoção Comercial Andina ao desenvolvimento da luta antidrogas preconizada pela *Drug Enforcement Agency Administration (DEA)* (ROJAS, 2005).² No governo García, segundo alguns analistas, a erradicação forçada aumentou pelo fato de que o país esteve empenhado na aprovação do Tratado de Livre Comércio com os EUA (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 26, 2008).

A cocaína peruana, considerada pela *DEA* como a mais pura da região, abastece majoritariamente os mercados consumidores da Europa, seguidos da América Latina, e depois dos EUA. Para tanto, os cartéis peruanos, mexicanos (Tijuana, Guadalajara, Juárez, Guanajuato y Sinaloa) e colombianos (Norte del Valle) utilizam um complexo mapa de rotas que desembocam nas três rotas principais da costa do pacífico: eixo Ayacucho-Ica; eixo Huallaga-Paita; e a Carretera Central, que liga Tingo Maria com Lima e El Callao. A cocaína também sai do país por outros caminhos, tais como: pelos pontos de fronteira terrestre com o Equador (Aguas Verdes-Machala), Chile (Santa Rosa-La Concórdia) e Bolívia (Desaguadero); pelo Trapézio Amazônico, tráfico fluvial pela Amazônia até o Atlântico, utilizando os rios Marañón e Ucayali até a cidade de Iquitos, e até o porto de Manaus, no Brasil; e a Rota Terrestre Sul,

2 A Lei de Promoção Comercial Andina (ATP), para a Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, reduziu as barreiras comerciais dos EUA para esses países. No contexto da Iniciativa Regional Andina, o governo Bush conseguiu aprovar no Senado dos EUA, em agosto de 2002, a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação das Drogas (ATPDEA). Essa lei reduziu as tarifas alfandegárias norte-americanas para outros produtos andinos, como confecções e calçados, e exigiu em troca o compromisso desses países no combate ao tráfico de drogas.

ligando Peru – Altiplano da Bolívia – Buenos Aires (SOBERÓN, 2007).

As regiões de Alto Huallaga, Apurímac-Ene e La Convención y Lares representam 80,4% da extensão total da área ocupada pela coca, sendo que a variação dos índices de cultivos no país depende, em larga medida, das mudanças territoriais e produtivas que ocorrem nas duas primeiras regiões (UNODC, 2010). A região do Valle do Alto Huallaga tem sido, desde a década de 1980, uma das principais áreas de cultivo de coca no Peru. Notadamente marcada pela pobreza e pela falta de infra-estrutura e de políticas públicas, essa região foi, nas últimas décadas, palco de ações do *Sendero Luminoso* e do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* e de atividades do narcotráfico. Nos últimos anos, o cenário da produção de coca no Alto Huallaga tem apresentado distinções. Na zona norte, na província de Tocache (região San Martín), as ações de erradicação forçada promovidas pela *Unidad de Control y Reducción de la Hoja de Coca en el Alto Huallaga (CORAH)* e algumas experiências de desenvolvimento alternativo (cultivos de palma, cacau, café, palmito, arroz, frutas e agroindústria) têm diminuído a extensão das áreas de cultivo de coca.

Note-se que, em que pesem os malogros da estratégia de “desenvolvimento alternativo” para combater as drogas ilícitas nas diversas regiões do Peru, inclusive na própria zona norte do Alto Huallaga, há um projeto que tem apresentado resultados positivos. Trata-se do “*Proyecto de Desarrollo Alternativo Tocache-Uchiza*” (PRODATU), resultado de uma parceria entre os governos da Alemanha e do Peru. O projeto é executado pelas instituições de cooperação alemãs *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)* e *Kreditanstalt für Wiederaufbau Bankengruppe (KfW)*, e também conta com a participação da *Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida Sin Drogas (DEVIDA)*.³ O PRODATU é baseado numa estratégia de inserção da população local numa

economia legal e sustentável que serve de base para a estabilidade social. Nessa perspectiva, os gestores do projeto estabelecem uma relação de confiança e cooperação com a população local, na qual a consulta aos agricultores e autoridades locais é constante e não se coloca como condição para o desenvolvimento rural a diminuição dos cultivos de coca (CUBAS, 2008). Iniciativas como a assistência técnica e financeira aos agricultores ligados aos produtos alternativos (óleo de palma, arroz, cacau, mel e atividades orgânicas dos rebanhos animais), a assessoria na busca de mercados para os produtos, o fortalecimento das instituições políticas locais, a melhoria da infra-estrutura e a capacitação de pessoal compõem o quadro principal das atividades do projeto.⁴

Já a região sul do Alto Huallaga, na província de Leoncio Prado (região Huanuco), num ambiente de ausência de ações de erradicação e de esporádicos programas de desenvolvimento alternativos, impera a expansão dos cultivos de coca combinada com crescimento do narcotráfico e ações de grupos remanescentes do *Sendero Luminoso*. De acordo com o já citado relatório da ONU, no Alto Huallaga tem ocorrido o tradicional “efeito balão”, ou seja, enquanto o cultivo de coca é reduzido no norte, cresce e se multiplica no sul, não afetando, no geral, o número de hectares cultivados e, por consequência, o abastecimento do narcotráfico (UNODC, 2009).

Na região do Valle del rio Apurímac – Ene (VRAE), tradicional área agrícola peruana, os cultivos de coca não pararam de crescer desde a década de 1980, superando os cultivos de café, cana de açúcar e cacau. Entre os fatores responsáveis pelo VRAE ter se transformado num grande produtor de folha de coca pode ser destacado: primeiro, a queda do preço dos tradicionais produtos agrícolas da região e o aumento do preço e maior produtividade da folha de coca; segundo, o deslocamento das atividades do narcotráfico para a região, devido às políticas

3 O Peru é o maior receptor individual de recursos financeiros para o desenvolvimento alternativo bancado pela União Européia. Para a “Estrategia Nacional de lucha contra las drogas 2007-2011”, apresentado pelo governo peruano, a UE aprovou €132 milhões (INTERNATIONAL CRISIS GROUP 26, 2008).

4 Ver: Agencia de Cooperación Técnica Alemana – GTZ. (2006), *Alternative Development Tocache-Uchiza, Peru*. Disponível em: <http://www.bvcooperacion.pe:8080/biblioteca/bitstream/123456789/3174/1/BVCI0001931.pdf>.

de combate ao narcotráfico no Alto Huallaga; e terceiro, as ações do *Sendero Luminoso* na região, que prejudicaram as atividades econômicas legais, fazendo com que os agricultores, diante da ausência do Estado, formassem os *Comités de Defensa Civil Antisubversiva (DECAS)* e se vinculassem economicamente, produzindo folhas de coca, ao circuito do narcotráfico, situação que foi mantida mesmo após o fim do conflito armado interno (GUEVARA, 2005). Em 2008, segundo estimativas do governo, dos 16.719 hectares de coca cultivados no VRAE, 95% foram para a produção de cocaína, enquanto os 5% restantes foram para a *ENACO*, o “*chacchado*” (consumo local e tradicional) e experimentos (PARDO, 2009). Segundo Dennis Pereyra (2009), baseado em informações da ONU e da *DEVIDA*, no período 2007-2008, 90% do valor bruto da produção agrícola do VRAE foi gerado pelos cultivos ilegais de coca (PEREYRA, 2009).

A região do VRAE – que compreende os Departamentos de Ayacucho, Cuzco e Junín – é uma área de grande potencial de conflito, pois combina a presença de altos índices de pobreza e de pobreza extremada, relevo de difícil acesso, dependência camponesa da plantação de coca, incapacidade de o Estado exercer o monopólio legítimo da força, narcotráfico e remanescentes do *Sendero Luminoso*.⁵ Cabe notar que as atuais ações de grupos remanescentes do *Sendero Luminoso* no Valle do Alto Huallaga e no Valle do Rio Apurímac – Ene têm sido fundamentalmente relacionadas aos negócios da cadeia de produção e comercialização de drogas, nada guardando da insurgência maoísta que aterrorizou o Estado e a sociedade peruana nas décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, a reativação, o recrutamento e o crescimento desse grupo vêm ocorrendo por interesses econômicos, carecendo de estratégia de poder, ideologia, lideranças políticas e articulação nacional (ARCE, 2008; ANTEZANA, 2009; LAGOS, 2009).

Em dezembro de 2006, o governo peruano lançou o Plano VRAE, com objetivos de garantir a paz, combater o narcotráfico e os remanescentes do *Sendero Luminoso* e promover o desenvolvimento da região.⁶ Para tanto, segundo Roberto Gordillo, responsável pelo aspecto econômico do plano, foi disponibilizado para o período 2006-2008 um montante de 248 milhões de soles. E no ano de 2009, o plano teve um incremento de 120 milhões de soles (GORDILLO, 2009). As ações do plano estão baseadas na execução de três pontos fundamentais: ações militares, para combater os remanescentes do *Sendero Luminoso*; ações policiais, para a luta contra o narcotráfico; e ações civis, para promover o desenvolvimento social (alimentação, educação e saúde), a infra-estrutura básica (água, comunicação, eletricidade, habitação, saneamento básico e transporte) e o desenvolvimento econômico (diversificação agrícola de produtos lícitos).

Em mais de três anos de funcionamento, o Plano VRAE não apresentou resultados expressivos em suas principais pretensões, recebendo duras críticas dos estudiosos do assunto, que apontam para um fracasso do plano. No âmbito militar, que tem consumido a maior parte do orçamento, embora a operação “*Excelencia 777*” das Forças Armadas tenha resultado na retomada do controle do território de Vizcatán, importante reduto de operações do *Sendero Luminoso*, a denominada estratégia antiterrorista contra os remanescentes subversivos está longe de ser exitosa. Os “*senderistas*”, que atuam com grande e moderno aparato de segurança pago com vultosos recursos do narcotráfico, têm diversificado os lugares de suas operações (como em Tinta e Punco, na província de Tayacaja) e produzido baixas importantes nas Forças Armadas e na polícia peruana. Para muitos analistas, a ausência de um eficaz serviço de inteligência, a falta de preparo das tropas, os problemas operacionais, os materiais bélicos obsoletos

5 Segundo dados oficiais, 54% dos habitantes do VRAE vivem na pobreza e 44,8% na indigência. Cerca de 60% não contam com nenhum tipo de instalação sanitária, 78% não têm acesso à iluminação pública, 49% sofrem desnutrição crônica e 30% são analfabetos (CONSTRUYENDO DEMOCRACIA 13, 2008).

6 Ver: Defensa y Reforma Militar. (2007), *Decreto Supremo 003-2007-DE*. Disponível em: http://www.defensaidl.org.pe/leg_peru/defensa/07/04.pdf.

e as dificuldades de comunicação dificultam o êxito das operações contra os “senderistas” (CARO, 2009; OBANDO, 2009). Em janeiro de 2009, o governo criou a Região Militar do VRAE, mediante o Decreto Supremo N.001-2009-DE/EP, com o intuito de facilitar as operações logísticas e militares do exército contra os remanescentes do *Sendero Luminoso*. No que se referem às ações policiais contra o narcotráfico, os resultados até aqui também não são animadores, pois os cultivos de coca e a produção de cocaína cresceram nos últimos anos, conforme indicam os dados mostrados anteriormente. A ausência de projetos de economias alternativas verdadeiramente sustentáveis constitui um aspecto fundamental para os reveses das estratégias antidrogas na região. Além disso, a polícia peruana tem encontrado extrema dificuldade para combater a poderosa e complexa cadeia do narcotráfico no país. Já as ações civis, que para a maioria dos analistas é o aspecto mais importante do plano, caminham de forma muito lenta, numa região que falta quase tudo. Entraves burocráticos, insuficiência de recursos financeiros, corrupção e falta de capacidade política dos governos regionais são apontados como os principais problemas dos programas de desenvolvimento econômico e social e de infra-estrutura. Em maio de 2009, logo após a morte de 14 militares numa emboscada armada pelo *Sendero Luminoso*, o governo peruano, reconhecendo os problemas da atual estratégia, anunciou o relançamento do Plano VRAE, baseado em três eixos fundamentais: desenvolvimento econômico e social; segurança e legalidade; e comunicação e participação.

Em conjunto, seja qual for o nível em que nos coloquemos, é fácil constatar que o Estado peruano, desafiado como está pelas atividades do narcotráfico, não pode mais postergar a colocação em prática de uma estratégia consistente de luta contra o tráfico ilícito de drogas. Nesse intento, antes de qualquer coisa, essa empreita requer grande vontade política e uma conjunção de esforços de diversos segmentos internos e externos, pois o problema é complexo e de dimensão global. Um ponto de partida razoável para mergulhar no problema, talvez seja a constatação, evidenciada pela maioria dos estudiosos, de que é preciso enfrentar as causas estruturais do problema,

ou seja, a pobreza e a exclusão de grandes setores sociais dos frutos do crescimento econômico.

Outro ponto fundamental está relacionado ao tipo de relação que o país estabelece com os EUA no tratamento do tema. Nos últimos 30 anos, desde que transformou o narcotráfico num problema de segurança nacional, a política militarizada e repressiva de combate à oferta da droga nos países produtores pode ter sido muito conveniente para justificar as ingerências geopolíticas e geoeconômicas dos EUA na América Latina, porém foi incapaz de abalar as atividades do narcotráfico, além de provocar impactos sociais desastrosos e agravar problemas políticos na região.

Os norte-americanos são os maiores provedores de recursos financeiros para a atual “*Estratégia Nacional de Lucha contra las Drogas 2007-2011*”, do governo peruano, com uma participação de cerca de 90% dos recursos (OBANDO, 2009). Um dos objetivos principais dessa estratégia é reduzir em 40% a superfície dedicada ao cultivo de coca para o ano de 2011, através da erradicação voluntária e forçada. Porém, ainda que o processo de erradicação venha sendo até maior do que o previsto para o período, o plantio de coca, como já foi apontado, vem aumentando. Segundo dados da ONU (2010), 10.025 hectares de coca foram erradicados em 2009. Mesmo assim, os cultivos aumentaram 6,8%, em relação ao ano de 2008, passando de 56.100 hectares em 2008, para 59.900 hectares em 2009 (UNODC, 2010).

Cabe notar que, de acordo com a ONU (2009), 100% das ações de erradicação têm sido forçadas, fato que continua provocando vários conflitos entre população e governo na zona norte do Alto Huallaga, região onde se concentra a erradicação desenvolvida pelo *CORAH*. Os camponeses da região, altamente dependentes do cultivo da coca, alegam que os programas de desenvolvimento alternativos são ineficazes e cobrem poucas pessoas, e também reclamam da estratégia repressiva que pune os camponeses que dependem daquela atividade para a sobrevivência, enquanto nada ocorre com os grandes traficantes.

Assim, mais uma vez, fica evidente que não tem funcionado a estratégia de luta antidrogas concentrada amplamente na erradicação forçada dos

cultivos nos países produtores. O chamado “efeito balão” deve continuar ocorrendo no Peru e na região andina, enquanto não ocorrer uma estratégia capaz de erradicar as causas estruturais do problema. Nesse sentido, por um lado, as relações entre os EUA e a Região Andina, e em especial o Peru, poderiam passar por um enfoque multilateral que visasse fortalecer as ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas áreas atingidas. Tanto no Plano VRAE quanto na “Estrategia Nacional de Lucha contra las Drogas 2007-2011” estão previstas ações de desenvolvimento, porém, na prática, pouco se tem avançado nessa área. O fato de não estar ocorrendo erradicação voluntária no Alto Huallaga constitui uma prova de que as ações de desenvolvimento ainda são muito tímidas. De outro lado, os norte-americanos, como principais consumidores de drogas, deveriam formular políticas mais efetivas de redução da demanda no seu território, além de coordenar e fortalecer mecanismos mais severos de controles sobre vendas de armamentos e insumos químicos e sobre lavagem de dinheiro. A defesa de tal enfoque, que também é preconizado por vários estudiosos e instituições, não deve implicar em acabar com as ações militares repressivas sobre o narcotráfico. As ações militares e de desenvolvimento devem ocorrer de forma integrada.

Referências bibliográficas

- AGENCIA DE COOPERACIÓN TÉCNICA ALEMANA – GTZ (2006). *Alternative Development Tocache-Uchiza, Peru*. Disponível em: <http://www.bvcooperacion.pe:8080/biblioteca/bitstream/123456789/3174/1/BVCI0001931.pdf>. Acesso em: 16/07/2009.
- ANTEZANA, Jaime (2009). “Un Comando Unificado. Narcotráfico y Gobernabilidad”. *Boletín electrónico del Instituto de Estudios Internacionales (IDEI)*. Pontificia Universidad Católica del Peru. Año 3, n.23. Disponível em: http://www.pucp.edu.pe/idei/narcotrafico_gobernabilidad/articulo_detalle.php?idarticulo=28. Acesso em: 20/09/2009.
- ARCE, Gerardo (2008). “Los riesgos de militarizar la lucha contra el narcotráfico: algunos apuntes sobre el Plan VRAE”. *Coyuntura – análisis económico y social de actualidad*. Centro de investigaciones sociológicas, económicas, políticas y antropológicas – PUC Perú. Año 4, n. 17, pp. 18-21.
- CARO, Héctor John (2009). “VRAE: sangre, sudor y muerte”. *Generación*. Año 7, n.124, pp. 6-11.
- CONSTRUYENDO DEMOCRACIA (2008). *El relanzamiento del Plan VRAE*. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo – DESCO. Año 4, n. 13, pp. 10-12. Disponível em: <http://www.desco.org.pe/apc-aa-files/d38fb34df77ec8a36839f7aad10def69/CD13.pdf>. Acesso em: 20/07/2009.
- CUBAS, Hugo Cabieses (2008). “Política de drogas: cuatro aciertos, cinco continuidades y ninguna propuesta seria”. *Perú Hoy*, n.13, pp. 360-383.
- DEFENSA Y REFORMA MILITAR (2007). *Decreto supremo 003-2007-DE. Intervención estratégica integral Plan VRAE*. Lima, 22/02/2007. Disponível em: http://www.defensaidl.org.pe/leg_peru/defensa/07/04.pdf. Acesso em: 20/07/2009.
- GORDILLO, Roberto (2009). “Un vistazo al programa de desarrollo: aspecto socioeconómico del plan VRAE”. *Generación*. Año 7, n.99, pp. 7-13.
- GUEVARA, Anahí Durand (2005). “El movimiento cocalero y su (in)existencia en el Perú. Itinerario de desencuentros en el río Apurímac”. *Bulletin de l’Institut Français d’Études Andines*, n.34 (1), pp. 103-126.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (2008). *La droga en América Latina II: optimizar las políticas y reducir los daños*. Informe sobre América Latina, n.26. Bogotá/Bruselas.
- LAGOS, Luis (2009). “Los últimos terroristas en el VRAE: vigencia de Sendero”. *Generación*. Año 7, n.123.
- OBANDO, Enrique (2009). “Análisis sobre la seguridad interna y externa de Perú y su posición respecto a la seguridad regional”. En: MATHIEU, Hans y ARREDONDO, Paula Rodríguez (Editores), *Anuário 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*. Friedrich Ebert Stiftung – Bogotá, pp. 134-146.
- PARDO, Jorge Durand (2009). *Entrevista*. *Generación*, año 7, n.99, marzo 2009. pp. 15-21.

- PEREYRA, Dennis (2009). "El 90% del valor de la producción agrícola del VRAE se basa en cultivos ilegales de coca". *Agencia de Prensa Ambiental – Inforegion*. 15/09/2009. Disponível em: <http://www.inforegion.pe/mundo/36636/el-90-del-valor-de-la-produccion-agricola-del-vrae-se-basa-en-cultivos-ilegales-de-coca/>. Acesso em: 24/09/2009.
- ROJAS, Isaías (2005). "Política antidrogas, derechos humanos y democracia en Perú". En: YOUNGERS, Coletta. y ROSIN, Eileen (Editoras) *Drogas y democracia en América Latina – el impacto de la política de Estados Unidos*. Buenos Aires: Biblos, pp. 235-286.
- SOBERÓN, Ricardo (2007). "El narcotráfico en el Perú y la ausencia de políticas de Estado". *Perú Hoy*, n.11, pp.271-286.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC (2010). *Monitoreo de Cultivos de Coca en el Perú 2009*. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Peru/Per09_report_sp_small.pdf. Acesso em: 29/06/2010.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC (2010). *World Drug Report 2010*. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2010/World_Drug_Report_2010_lo-res.pdf. Acesso em: 29/06/2010.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC (2009). *Monitoreo de Cultivos de Coca en el Perú 2008*. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Peru_monitoreo_cultivos_coca_2008.pdf. Acesso em: 10/08/2009.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC (2009). *World Drug Report 2009*. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2009/WDR2009_eng_web.pdf. Acesso em: 10/08/2009.
- YOVERA, Daniel (2009). *Perú: el primer exportador de cocaína en el mundo*. PERÚ 21, 23/08/2009. Disponível em: <http://peru21.pe/imprensa/noticia/peru-primer-exportador-cocaina-mundo/2009-08-23/254454>. Acesso em: 10/09/2009.

Recebido em 30/06/2010
Aprovado em 30/06/2010

Resumo: O artigo apresenta uma breve análise sobre a atual situação dos cultivos de coca, produção de cocaína e combate ao narcotráfico no Peru.

Abstract: The article presents one brief analysis on the current situation of the cultivation of coca, production of cocaine and fighting drug trafficking in Peru.

Palavras-chave: Peru; cultivos de coca; cocaína.

Key words: Peru; cultivation of coca; cocaine.